

DESENVOLVIMENTO DO NORTE DE MINAS GERAIS: CONSIDERAÇÕES DO PERÍODO PRÉ E PÓS-SUDENE

Virgínia Antunes Nobre¹; Vanessa Marzano Araújo²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica econômica do Norte de Minas Gerais, a partir de dois marcos temporais importantes: a chegada da ferrovia na década de 1920 e a inserção da região na área da Sudene, na década de 1960; dois fatos históricos que influenciaram no desenvolvimento regional significativamente. Identificou-se, por meio deste estudo, que sem um diagnóstico de compatibilidade das especificidades da região para com os investimentos e programas públicos implantados, não se alcançam níveis de excedentes produtivos e sociais relevantes o que compromete o caminho para um desenvolvimento econômico socio regional esperado.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Norte de Minas; História Econômica;

INTRODUÇÃO

Há muito tempo defende-se a necessidade e a importância de se entender o passado para se compreender o presente, que é a travessia para o futuro. Partindo dessa premissa, este artigo pretende apresentar uma breve revisão bibliográfica sobre o Norte de Minas e analisar os pontos mais importantes da sua história e do seu modelo de desenvolvimento econômico. O objetivo é discorrer sobre a história econômica da região, identificando algumas de suas pontecialidades, fraquezas, características diversas com marcos temporais para o século XX, baseando-se na década de 1920 (época em que ocorre a chegada da ferrovia, pré-Sudene) e em 1960 (início da era Sudene).

Para dar início, considera-se a informação de que os resultados econômicos não são equitativos. A economia não produz resultados homogêneos em todos os lugares. As regiões não são homogêneas, os fatores produtivos diferem-se em cada uma delas, não há perfeita mobilidade. Cada região possui a sua própria cultura, seus laços de vida, sua história. Por isso, há países ricos e pobres, desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, industrializados ou não. Trajetórias completamente diferentes, algumas vezes até díspares, podendo levar ao mesmo resultado. Então, o estudo regionalizado, com inserção espacial, ganha cada vez mais importância.

No tocante a essa questão, é importante verificar como as estratégias que pretendem impulsionar o desenvolvimento de uma região são traçadas e implantadas pelos diversos setores. Algumas regiões são

¹ Economista, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Sociedade, Ambiente e Território da UFMG/Unimontes. UFMG/Unimontes – virginia.nobre@yahoo.com.br

² Professora Doutora em Economia do ICA/UFMG e do Programa de Pós Graduação em Sociedade, Ambiente e Território da UFMG/Unimontes. UFMG – vanessamarzano@gmail.com

alvos de políticas que pretendem atuar em sua estrutura com a finalidade de desenvolver um ou mais setores da economia. É o caso da região Norte do Estado de Minas Gerais.

Para discorrer sobre essa questão, o presente trabalho se divide em cinco seções, que sucedem a esta introdução. Na primeira, será apresentado, de forma concisa, o desenvolvimento regional; na segunda, segue-se um breve histórico da região do Norte de Minas Gerais; na terceira, ocorre uma discussão sobre os agentes e a dinâmica do desenvolvimento da região; na quarta, destaca-se a relevância da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) na industrialização da região e na, quinta, e última seção serão apresentadas as considerações finais.

MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento regional em perspectiva

A definição de região não está diretamente relacionada ao seu tamanho, porém, supõe-se que seja um subespaço de uma nação. Etimologicamente, a palavra região tem origem no latim, *regere*, que significa governar. Sociologicamente, a região se relaciona aos traços culturais semelhantes de uma população. Geograficamente, apresenta-se como uma entidade natural e humana elementar. Já para a economia, há basicamente três classificações: região homogênea (apresenta características uniformes); região polarizada ou nodal (apresenta dependência ou interdependência entre duas ou mais regiões) e região de planejamento (unidade administrativa ligada a um centro que direciona suas políticas) (SOUZA, 2009).

Ainda no domínio da economia, as teorias de desenvolvimento regional que influenciaram a constituição de políticas públicas regionais desenvolvimentistas adotadas no Brasil, principalmente após a década de 1950, estavam fundamentadas principalmente em três teóricos: Perroux (1977) e Hirschman (1977), que abordaram a Teoria dos Polos de Crescimento, e Myrdal (1972), com sua Teoria da Causação Circular Cumulativa.

Os conceitos tradicionais desenvolvidos principalmente por Perroux e Hirschman estão geralmente associados ao planejamento centralizado, ou seja, são embasados em políticas do tipo “de cima para baixo”(abordagem *top-down*). Nesse sentido, Perroux (1977) explica que o crescimento não é simultâneo em toda parte, por isso a importância de se planejar. Hirschman (1977, p. 35) concorda com essa visão de crescimento desequilibrado e acrescenta: “uma vez ocorrido, forças poderosas provocam uma concentração espacial do crescimento econômico, em torno dos pontos onde o processo se inicia”. Nesse caso, o crescimento pode ocorrer de uma forma desequilibrada, embora tal desequilíbrio nem sempre seja o melhor resultado possível; mas é, sem dúvida, a forma mais óbvia.

A expectativa, de acordo com Hirschman (1977), é que ocorrendo desequilíbrios regionais, em que haja pontos ou polos de crescimento, eles sejam capazes de gerar pressões, tensões e coerções e proporcionar o crescimento em outros polos. Desde que tais polos não pertençam à mesma área privilegiada de crescimento. Caso pertençam à mesma área de crescimento, que sejam de um país, região

ou grupo de pessoas, corre-se o risco das forças de transmissão do crescimento se tornarem fracas. Sendo assim, é preciso apoiar pontos de crescimento em áreas diversas, de intensidade variável, que, num momento posterior, possam apresentar efeitos finais variáveis sobre toda a economia.

Na possibilidade das desigualdades persistirem, por um longo período de tempo e puderem ser identificadas através de linhas geográficas claramente delimitadas, surgem as divisões, como a de países desenvolvidos e subdesenvolvidos (ou em vias de desenvolvimento). No caso de pertencerem ao mesmo país, principalmente no caso dos países em desenvolvimento, ocorre o fenômeno de “dualismo”, em que convivem regiões desenvolvidas e regiões deprimidas lado a lado. Portanto, o crescimento econômico é desequilibrado. Na tentativa de redução dos impactos negativos dessa forma de crescimento econômico, Hirschman (1977) sugere que as economias localizadas nas regiões progressistas e deprimidas se tornem complementares. Dessa forma, pode ocorrer fluência do progresso da região progressista para a região deprimida.

Um fator importante que pode influenciar o desenvolvimento das regiões dentro de um país é a maneira pela qual o investimento público foi (ou será) distribuído. Desse modo, por meio da gestão dos investimentos públicos, o governo pode contribuir para que regiões sejam (ou se tornem) prósperas. Hirschman (1977) destaca que podem ocorrer três padrões principais para a alocação desse investimento: dispersão, concentração, em áreas de crescimento, e tentativas de promoção do desenvolvimento de áreas atrasadas.

A primeira forma, chamada de dispersão, é a tendência mais comum. Nesse caso, os investimentos públicos são distribuídos em projetos de menor escala ao longo de todo território nacional. Este padrão é frequentemente utilizado em países que ainda não alcançaram o desenvolvimento econômico. Com isso, espera-se atingir todos os membros e setores da sociedade. Para o governo, é interessante dispersar os projetos de investimento público na medida em que necessita do apoio da maioria dos setores econômicos em todas as regiões.

No segundo padrão de investimento público ocorre a concentração em áreas de crescimento, geralmente, em etapas iniciais do processo de desenvolvimento. No entanto, sua duração não pode se prolongar demasiadamente, uma vez que surgirão pressões por igualdade, fato que pode até mesmo chegar a abalar a coesão do país e promover clamores separatistas.

O último padrão refere-se à tentativa de impulsionar o desenvolvimento em áreas deprimidas ou estagnadas. Nesse caso, pode ocorrer ampliação do montante de fundos. Para tanto, o governo pode lançar mão de instrumentos fiscais, como, por exemplo, a introdução de novos e altos impostos ou outro mecanismo permanente de aumento da receita. Com estas medidas pretende-se contrabalançar o processo de desenvolvimento em curso. A expectativa é que a divisão entre regiões desenvolvidas e deprimidas se reduza ao longo do tempo.

De acordo com a Teoria dos Polos, desenvolvida por Perroux (1977), espera-se que as desigualdades regionais diminuam com o avanço do desenvolvimento. Toma-se como exemplo, o caso

de uma região que conseguiu crescer economicamente, como consequência da ação de uma indústria motriz, líder do polo industrial, ou impulsionada pelo conjunto formado por várias unidades econômicas motrizes desse polo, fazendo com que o crescimento se expandisse, beneficiando as regiões que a cercam. Perroux (1977) demonstra as características de uma indústria motriz: taxa de crescimento superior à média das demais indústrias; indústria-chave, com várias ligações de insumo-produto; atividade inovadora, com grande dimensão e estrutura oligopolista; possuindo grande poder de mercado. Seus produtos, geralmente, são comercializados no mercado interno, porém, nada impede que também atue como uma indústria exportadora. A indústria motriz também estimula que outras empresas se instalem em seu entorno, traz diversificação das atividades por meio da criação de uma “atmosfera favorável” aos negócios, com isso, há crescimento das taxas de emprego e renda.

Entretanto, nem todas as economias conseguem crescer da mesma forma. Foi o que ocorreu no Brasil, que apresenta as Regiões Sul e Sudeste com melhores indicadores de renda e as demais regiões relativamente atrasadas. Conclui-se, então, que em um país, como este, de grandes proporções geográficas, há sérias desigualdades regionais. Tal fenômeno também se repete dentro dos estados brasileiros, como Minas Gerais que apresenta as regiões Centro-Sul mais desenvolvidas e a região Norte com menor grau de desenvolvimento. Os problemas das desigualdades regionais no mundo ganharam destaque após a publicação do trabalho de Gunnar Myrdal, em 1957, com a teoria da causação circular cumulativa. A teoria mostra uma “constelação circular de forças, que tendem a agir e a reagir interdependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza”. Sendo assim, quando tal processo não é controlado acabará promovendo desigualdades crescentes (MYRDAL, 1972).

Contudo, é possível afirmar que o processo de desenvolvimento é naturalmente heterogêneo e torna-se necessário refletir sobre as características desse processo na busca de alternativas que possam alavancar o desenvolvimento econômico de regiões deprimidas, como, por exemplo, a região Norte do Estado de Minas Gerais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Histórico e características da região Norte de Minas

O processo de desenvolvimento das regiões em Minas Gerais não foi homogêneo, fato este que reflete particularidades de cada território mineiro, aqui se viu “*unidade política e heterogeneidade econômica e cultural*”³.

³ Pereira (2007, p.15).

John Wirth (1982) ao escrever sobre o estado de Minas Gerais constrói a ideia de um mosaico mineiro, devido as regiões possuírem características distintas. Para o autor, eram várias Minas (várias sub-regiões dentro da mesma região) com diversidade populacional, ambiental e econômica.

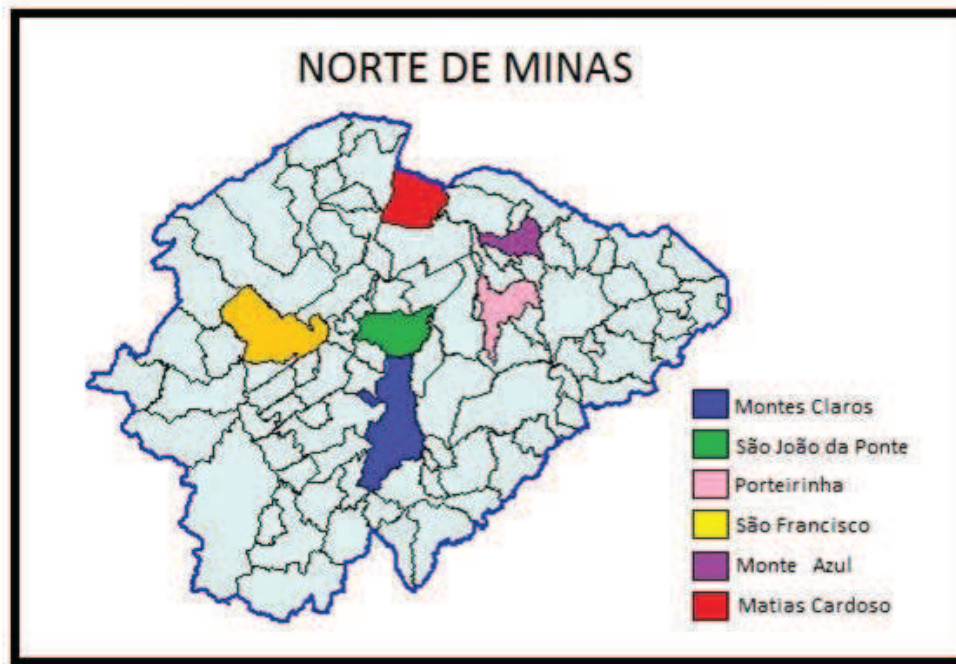
Essa dispersão territorial promoveu disparidades no processo de desenvolvimento econômico em todo Estado, como Diniz (1981) salienta, estas muitas diferenças no território criaram um mercado espalhado o que, por consequência, produz atividades econômicas dispersas, que se tornam um problema de gestão e eficiência devido a esta espacialidade econômica.

Segundo Dulci (1999), ocorreram quatro fases na evolução da política de desenvolvimento em Minas Gerais entre o recorte temporal de 1920 a 1960. A primeira fase caracteriza-se pela diversificação agrícola (até 1940); a segunda, pela expansão industrial (1941 a 1946); a terceira, pela busca de equilíbrio entre agricultura e indústria (1947 a 1950) e a quarta fase, em que o foco foi valorizar a especialização industrial (1951 a 1955). Destacam-se três traços no modelo de desenvolvimento em Minas Gerais: a especialização produtiva, a participação de capital estrangeiro e o papel central do Estado (PEREIRA, 2007).

Em se tratando especificamente do Norte de Minas, constitui-se em uma mesorregião, ocupando uma área territorial de 128.602 km², compreendendo 89 municípios, Pereira (2007, p.94) descreve a região como:

um espaço singular no contexto estadual, seja pelas características fisiográficas que apresenta, seja pelas condições socioeconômicas ou, ainda, pela constante intervenção estatal que nele tem ocorrido. Tal região é ora descrita como cheia de potencialidades, ora como “bolsão de pobreza. O que há de real nesses discursos?

Existem vários fatores naturais, culturais, econômicos e políticos que são considerados para conhecimento de uma região. O Norte de Minas se inclui nas *Minas dos Gerais*, em uma região de configuração dual em muitos aspectos, como exemplo “*tanto de pobreza quanto de riqueza, modernidade e tradicionalismo, produção e escassez, discursos e realidade.*” Gervaise (1975, p.19) *apud* Pereira (2007, p.94) considera que “*o Norte de Minas apresenta talvez o mais espetacular dualismo do Estado a imagem de dinamismo se superpõe a uma tradição de atraso que caracteriza toda a metade norte do Estado*” (PEREIRA, 2007).

Figura 1. Mapa do Norte de Minas, Minas Gerais, Brasil

Fonte: Moreira (2010)

Em Minas Gerais a palavra sertão passou a referir-se à grande área ao norte, esta era considerada como uma região com problemas sociais e econômicos: *“o sertão-mineiro é também um espaço estigmatizado pelo seu atraso econômico, arcaísmo social e político, violência, ainda hoje considerado base do clientelismo político e de práticas populistas”*⁴; em contraponto existia uma ideologia de prospecção de desenvolvimento e de potencialidades para isso.

O que marca o processo de expansão populacional no sertão norte-mineiro é a instalação de ferrovias no início do século XX em Montes Claros e Pirapora, o que viabilizou a comercialização dos produtos e um maior intercâmbio entre os municípios da região, além de uma dinamização e integração econômica com todo país. Vale dizer que a estrutura produtiva regional não se alterou de forma significativa até meados do século XX, mas foi nesse contexto que Montes Claros⁵ começou a alcançar uma posição de centro econômico e político regional do Norte de Minas.

Agentes e dinâmica do desenvolvimento no Norte de Minas

Prosseguindo, Cardoso (1996) destaca que a construção da estrada de ferro, responsável por ligar o Centro-Sul ao Nordeste pelo sertão norte-mineiro e pelo interior da Bahia, trouxe várias transformações que, a partir da década de 1930, mudaram sua relação com o restante do país, aqui rompeu-se o

⁴ Para entendimento dos muitos sentidos do *sertão*, ver França e Soares (2006, p.7).

⁵ Principal município do Norte de Minas.

isolamento econômico. Pode-se constatar que através da interligação ferroviária inicia-se um processo de modernização da economia regional.

Lessa (1999, p. 41), retrata este momento da seguinte forma:

O trem-de-ferro surgia como um vetor que aponta para a tendência da transformação da sociedade, a inauguração mostrava-se, em função desta expectativa que suscitava, um momento revelador. Esse momento de abertura das portas da cidade para o mundo cosmopolita era visto como um divisor de águas para as culturas locais.

Os trilhos possibilitaram um processo de dinamização do comércio, dos meios de transportes, dos sistemas de comunicação e da estrutura urbana das cidades no norte de Minas Gerais, especialmente nas cidades de Pirapora e de Montes Claros (LESSA, 1999).

As estações ferroviárias, provocaram a criação de diversos povoados que originaram as cidades de Várzea da Palma, Lassance, Engenheiro Navarro, Capitão Enéas, Janaúba, Pai Pedro e Catuti. Essa conexão do eixo ferroviário Sudeste e Nordeste expandiu-se em direção a Montes Claros, sendo que em 1914, foram inauguradas as estações de Augusto de Lima e Buenópolis, em 1921 foi inaugurada a estação de Joaquim Felício. Em 1922 foi inaugurada a estação Engenheiro Dolabela, chegando à inauguração da estação de Bocaiúva em 1925 e a estação de Montes Claros em 1926 (PEREIRA, 2010).

Segundo Lessa (1999), a chegada da ferrovia e sua parada em Montes Claros por uma década, fez com que essa cidade se tornasse uma cidade “ponta de trilhos”, transformando-se num grande centro de distribuição que atendia outros municípios da região norte-mineira e o Sul da Bahia, fator de grande importância para que Montes Claros se tornasse um pólo regional, assim a ferrovia inseriu o Norte de Minas no circuito capitalista.

Até a década de 1950, a região Norte de Minas era vista como uma região com problemas sociais e econômicos. Nessa época, em sintonia com o ideário desenvolvimentista que tomava conta do país, os grupos dirigentes do Norte de Minas articularam-se para atrair à região os recursos estaduais e federais. O papel da elite regional foi fundamental e contribuiu para o crescimento econômico e tradicionalidade identificada na região, Pereira (2007, p.38-39) aponta as seguintes ações da elite norte mineira e quem são os agentes:

Os proprietários rurais, os comerciantes e alguns industriais da região começaram a se organizar na década de 1940, tendo o município de Montes Claros como centro principal de reunião e mobilização. Em 1944, os principais fazendeiros criaram a Sociedade Agropecuária de Montes Claros (posteriormente transformada em Sociedade Rural de Montes Claros), sob a liderança de Geraldo Athayde. Em 1949, comerciantes e industriais fundaram a Associação Comercial e

Industrial de Montes Claros, tendo como primeiro presidente Plínio Ribeiro dos Santos. Embora criadas formalmente para representar segmentos diferentes, as duas entidades eram integradas por um diversificado conjunto de pessoas. Da Sociedade Rural, participavam, além de proprietários rurais, médicos, advogados, farmacêuticos e comerciantes. O mesmo se repete na constituição da ACI Essa característica não se modificou com a industrialização.

O papel das elites regionais, em seus diversos segmentos, ao longo de todo o período, é visto por uma participação ativa na implementação do modelo vigente à época via industrialização por fomento do Estado. Sendo assim, observa-se que as estratégias de atuação das elites regionais são homogêneas, os líderes da pecuária, da política e do comércio se tornam os líderes da indústria, logo não há competição e sim continuidade e integração dos mesmos. Os novos espaços, que surgem com a chegada da indústria, são ocupados por essa elite que reproduz o mesmo modelo econômico e social de desenvolvimento em qualquer setor produtivo da região.

O reconhecimento do papel ativo das elites regionais não equivale a desconsiderar as implicações de ordem nacional presentes na industrialização do Norte de Minas, esta também ocorreu por razões nacionais e internacionais, pela dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no país e em suas relações com o capital internacional.

O acontecimento que consensualmente foi um divisor de águas na região se deu na segunda metade do século XX, década de 1960, quando o Estado e a União projetaram a região norte-mineira dentro da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene⁶, em que os incentivos fiscais e financeiros foram destinados à modernização do campo e à industrialização, inicia-se a era Sudene.

Até o início da década de 1960, não haviam políticas específicas e deliberadas de desenvolvimento que contemplassem o Norte de Minas. Somente a partir de sua incorporação à área do “Polígono das Secas” e sua consequente inclusão nas ações da Sudene, em 1963, foi que a mesma passou a ser alvo de tais políticas públicas desenvolvimentistas.

Sobre o processo de desenvolvimento da região e o seu impacto para a população sertaneja, Dayrell (1998, p.191) diz que:

O processo de “desenvolvimento” recente nessa região, considerada uma das mais pobres do estado, foi conduzido pelo poder público e não levou em consideração as populações camponesas, indígenas, quilombolas, pescadores, coletores, etc. que aí viviam secularmente. Privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agro-industriais da sociedade, deu-se início a modernização da região. **Foram priorizados investimentos públicos e financiamentos subsidiados destinados a grandes projetos de pecuária, irrigação, reflorestamentos monoculturais, estímulo a monocultura do algodão, difusão de práticas**

⁶ Em 1963, o Norte de Minas foi incluído na área da Sudene por meio da Lei n. 4.239.

agrícolas ditas modernas, associados com a instalação de um parque agro-industrial, e de indústrias extrativas e de ponta (biotecnologia, veterinária e ótica, etc) [Grifo nosso].

A partir da existência da Sudene, os incentivos fiscais e financeiros possibilitaram a modernização da estrutura socioeconômica e político-cultural regional. Houve, segundo Moreira (2010, p.23):

a expansão das relações capitalistas de produção apoiadas nas ações governamentais propiciaram: mercantilização da terra, a transformação da fazenda em empresa rural passível de investimentos e financiamentos incentivados, a industrialização de algumas cidades regionais e a implantação de projetos de irrigação tanto institucionais (Jaíba e Gortuba) quanto privados.

Durante a década de 1960 ocorreram ações que visavam preparar a região para industrialização. Neste período, foi construída uma infraestrutura básica que deu suporte aos projetos industriais. Em 1965, foi concluída a ligação elétrica das cidades de Montes Claros e Pirapora com o sistema Três Marias, e em 1972, foi inaugurada a pavimentação asfáltica entre Montes Claros e Corinto, interligando a região com a BR 040 e com Belo Horizonte. Também, na segunda metade dos anos 1960, foi implantado o distrito industrial de Montes Claros e iniciado o de Pirapora. O principal fator na atração de investimentos foram os incentivos fiscais. Havia incentivos nas três esferas do Estado, com destaque para isenção do Imposto de Renda por até 15 anos (Federal), reembolso de 60% do ICMS por cinco anos (Estadual) e isenção de todos os impostos municipais (casos de Montes Claros e Pirapora) (OLIVEIRA, 2000).

Após análise dos agentes e da dinâmica dos acontecimentos para o processo de desenvolvimento do Norte de Minas Gerais, o foco da discussão recairá sobre as contribuições da Sudene no fomento da industrialização, ressalta-se que a Sudene foi um divisor de águas para a chegada da indústria na região, a seguir destaca-se sua relevância no contexto histórico e econômico.

A importância da Sudene na industrialização do Norte de Minas

O Estado de Minas Gerais possui um desenvolvimento vinculado a forte presença e impulsos do Estado. Este definiu o processo de industrialização como motor para superação de atrasos econômicos em comparativo com outros centros. Sabe-se que a indústria tem relevância e potencialidades para proporcionar crescimento econômico e assim gerar desenvolvimento, por essas possibilidades o governo implementou políticas industriais para a superação do subdesenvolvimento.⁷

⁷ Teoria do subdesenvolvimento, ver Furtado (1999).

Braga (2008) afirma que a Sudene possuía o objetivo de desenvolver a agricultura (expandir a fronteira agrícola e as áreas de irrigação para zonas áridas e mecanizar o campo), fornecendo bens alimentícios a baixo custo, para servir de sustentáculo ao processo de industrialização regional. A industrialização do Norte de Minas apresentaria os seguintes objetivos:

a) selecionar indústrias que apresentassem maior viabilidade econômica na região; b) fomentar indústrias que apoiando-se numa base favorável de matérias-primas locais têm possibilidades de tornar-se competitivas com as do Centro-Sul, penetrando rapidamente no mercado regional como no nacional; c) atacar as indústrias tradicionais no sentido de modernizá-las, principalmente a têxtil, que constitui importante fonte de emprego para a população local, e por utilizar a fibra de algodão local; d) aproveitamento da mão-de-obra barata. (Braga, 2008, p.20)

Estes objetivos não foram alcançados, ou de certa maneira corrompidos. O papel principal da Sudene na região foi fornecer incentivos fiscais para a modernização da economia regional. Braga (2008) aponta que não aconteceu uma ligação dos capitais investidos com as estruturas produtivas regionais, mas um reflexo da ligação dos incentivos da Sudene com o processo de acumulação de capitais do Centro-Sul do país. Em síntese, foram beneficiados com os incentivos os ramos industriais mais dinâmicos. A autora ainda observa, que somente 25% dos capitais investidos nos projetos de industrialização eram originários do Norte de Minas. Outro ponto que corrobora a dissociação entre os capitais beneficiados e a estrutura econômica do Norte de Minas é a destinação da produção industrial da região. Apenas 6,6% da produção industrial norte-mineira era destinada ao mercado local. Em seguida, apresenta-se as considerações finais do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão é que, desde a inclusão da região Norte do Estado de Minas Gerais na área de atuação da Sudene, consolidou-se a região em termos institucionais, estatísticos, políticos e econômicos além da mudança na espacialidade regional. Do ponto de vista institucional, há uma área legalmente reconhecida e diferenciada das demais. Entretanto, o problema das disparidades regionais não foi resolvido. A condição diferenciada do Norte de Minas, nos padrões de desenvolvimento, tornou-se cada vez mais evidente e o grau de concentração de renda permaneceu alto. A crise da década de 1980, que se estendeu pelos anos de 1990, a opção pelo projeto liberal e a consequente desestruturação do Estado, em termos de política regional, afetaram a dinâmica de desenvolvimento do Norte de Minas, altamente dependente dos incentivos fiscais.

O modelo de desenvolvimento implantado no Norte de Minas, consoante os planos de desenvolvimento da época, era orientado pelas teorias de crescimento econômico, calcado na ação do Estado planejador e interventor. Buscava-se criar condições para a produção e para a reprodução

capitalista, sendo, para tanto, necessário o estabelecimento de condições estruturais em detrimento de concepções e estruturas sociais já existentes nos locais alvos do desenvolvimento.

Em síntese, a industrialização incentivada pela Sudene não se vinculava às características da região e sua efetivação obedecia à dinâmica geral do sistema capitalista no país. Daí derivam as características gerais da industrialização: origem exógena dos capitais, pouco aproveitamento de matéria-prima regional, pequena absorção de mão de obra e comercialização da produção fora das "fronteiras" regionais.

Há muito que se investiga sobre a modelagem de desenvolvimento norte- mineira. Neste artigo, pontuou-se alguns dos destaques dessa história, principalmente o papel motor e influenciador do Estado via Sudene desde a década de 1960. Ocorreram, na região, fluxos de investimentos industriais com pouca identificação no perfil da economia regional que se caracterizava por um modelo agropastoril, e talvez esse seja o ponto de incompatibilidade econômica no Norte de Minas, em relação aos volumes de investimentos realizados, e que não geraram os avanços e zonas de desenvolvimento esperados. Por consequência, é possível considerar que sem um diagnóstico de compatibilidade das especificidades da região para com os investimentos e programas públicos implantados, não se alcançam níveis de excedentes produtivos e sociais relevantes o que compromete o caminho para um desenvolvimento econômico socio regional esperado.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Maria Ângela Figueiredo. Industrialização da Área Mineira da SUDENE - Um estudo de caso: Montes Claros. Montes Claros, MG: Unimontes, 2008.
- CARDOSO, José Maria Alves. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais. Dissertação (Mestrado em Economia)- PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.
- DAYRELL, Carlos Alberto. Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agrossistemas tradicionais. (Dissertação de Mestrado em Agroecologia) – Universidade Internacional de Andalúcia, 1998.
- DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.
- DULCI, Otávio Soares. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1999.
- FRANÇA, Iara Soares de; SOARES, Beatriz Ribeiro. O SERTÃO NORTE-MINEIRO E SUAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES. UFU, 2006.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, 1999..
- GERVAISE, Yves. A transformação agrária do nordeste meridional (Norte de Minas Gerais). Belo Horizonte: UFMG, Instituto de Geociências, 1975.

- HIRSCHMAN, A. Transmissão Inter-regional do Crescimento Econômico. In: SCHWARTZMAN, S. (Org). Economia Regional: Textos Escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977.
- MYRDAL, G (1958). Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. São Paulo: Zahar, 1972.
- MOREIRA, Hugo Fonseca; “SE FOR PRA MORRER DE FOME, EU PREFIRO MORRER DE TIRO”: O Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. Nova cidade, velha política: Poder local e desenvolvimento regional na Área Mineira do Nordeste. Maceió: EDUFAL, 2000.
- OLIVEIRA; Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene. (Orgs.). Formação social e econômica do norte de Minas. Montes Claros, Unimontes, 2000.
- PEREIRA, A. M. Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro. Tese de Doutorado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- PERROUX, F. O Conceito de Pólos de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, S. (org.). Economia Regional: Textos Escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. (cap. 5)
- SOUZA, N. Desenvolvimento Regional. São Paulo: Atlas, 2009.
- WIRTH. John D. O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira/ John D. Wirth; tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos brasileiros; v.50)